

SERVIÇO SOCIAL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: o que a “cegueira ideológica” * não permite ver

Teresa Kleba Lisboa**
Catarina Nascimento de Oliveira***

Resumo

O artigo aponta as mudanças sócio históricas afrontadas pelo Serviço Social na contemporaneidade, reconhece que a profissão insere-se nas lutas pelo enfrentamento a todas as formas de exploração, discriminação e preconceito, e assinala a necessidade de abertura para um debate sobre a interseccionalidade entre as categorias gênero, classe, raça/etnia, corpo, sexualidade, geração, deficiência, entre outras. Apresenta algumas concepções sobre os termos Modernidade e Pós-Modernidade, defende que os estudos feministas lançaram um novo olhar sobre a Modernidade, na medida em que trazem para o debate questões específicas das mulheres e provocam um deslocamento de paradigmas. Como sugestão, propõe um Serviço Social centrado na perspectiva feminista, que valoriza a experiência decorrente da prática, uma vez que a profissão de caráter interventivo é constituída em sua maioria de mulheres que atendem no seu cotidiano, majoritariamente mulheres.

Palavras chaves: Serviço Social, estudos feministas, perspectiva de gênero.

Abstract:

This article points out historical social changes affronted by Social Work in contemporary times, recognizes that the profession is part of the struggles facing all forms of exploitation, discrimination and prejudice, and stresses the need for openness to a discussion about the intersectionality between the categories: gender, class, race/ethnicity, body, sexuality, generation, disability, and others. It presents some concepts of the terms Modernity and Postmodernity, arguing that feminist studies launched a new look at Modernity in bringing to the debate specific issues of women, and as such, prompting a paradigm shift. As a suggestion, we propose a Social Work focused on feminist perspectives that value practical experience, since the interventionist character of the profession consists mostly of women who meet in their daily lives, mostly women.

* Denominação de José Saramago in: SARAMAGO, José. Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. A obra retrata a grande odisseia que se passa no nosso mundo moderno, e nos fala, através de sua paródia, como o homem se comporta com seu próximo; a mulher é a única que não é acometida pela cegueira porque tem consciência de si própria, de suas escolhas, e de seu lugar na sociedade e não vira as costas para esse fato; os outros personagens camuflam seu verdadeiro eu para se adequar às regras da sociedade padrão. Escolhemos essa denominação para argumentarmos como a ideologia dominante de um discurso pode ser persuasiva para a construção de uma identidade profissional, a ponto de tornar-se uma “violência epistemológica”.

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do curso de Serviços Social da Universidade Federal de Sergipe(UFS). Ex-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero/UFS. Membro do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero da UFSC. catarinanoliveira1@gmail.com.

*** Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC). Pós Doutora pelo Programa Universitário de Estudos de Gênero da Universidade Autónoma de México. Professora do curso de Serviço Social da UFSC. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero da UFSC. E-mail: tkleba@gmail.com.

1. Introdução

Propomos neste artigo, lançar um debate para o Serviço Social, afirmando não ser possível, uma profissão cujo quadro constitutivo aponta a presença marcante de mulheres, seja como Assistentes Sociais, como usuárias, beneficiárias das políticas públicas, entre outras, ter tanta resistência em se aproximar dos Estudos Feministas e continuar utilizando uma única perspectiva teórica, nos marcos das diretrizes curriculares dos cursos que formam as profissionais desta área, no Brasil.

Sem desmerecer a trajetória teórica empreendida pelo Serviço Social no Brasil, especialmente, nas décadas de 1970 até meados de 1980, o período de reconceituação foi um expoente na nossa história, ao reivindicar um olhar específico para a realidade brasileira, cujo auge do processo de industrialização deixou milhares de famílias em situação de extrema pobreza. Surge um serviço social engajado e militante, comprometido com as lutas políticas do povo. O contexto social se complexifica e a profissão exige respostas a esta nova conjuntura. Como legado do movimento de reconceituação foi proposta uma política e uma prática, na época considerada de esquerda, definindo a “economia política de base marxista” e a “teoria marxiana” como fundamento teórico específico para a formação dos profissionais em Serviço Social.

No mesmo período (1970-1980) o Movimento Feminista despontava no horizonte brasileiro, levando centenas de mulheres às ruas para protestar contra as mais diversas formas de opressão, discriminação, desigualdade e violência. As mulheres levantavam suas demandas em associações e sindicatos, organizavam movimentos e eventos, denunciavam episódios demarcados pela questão da violência, cujo tema passa a ser publicizado no Brasil, uma vez que o “pessoal é político”.

Embora o Serviço Social acompanhe as lutas e centre sua direção nos Movimentos Sociais com enfoque nas classes, nos partidos e sindicatos, ainda caminha de maneira distante e paralela das lutas feministas e de gênero, que trazem embates para além das questões de

classe. Muitas décadas se passaram desde então, e o movimento dialético de transformação da realidade nos aponta não ser mais possível permanecer submetido a uma única teoria que se propõe universal, e reduz todas as explicações à dimensão de classe.

No mundo contemporâneo, marcado pelos fluxos migratórios, mobilidade, globalização e multiculturalismo têm eclodido sujeitos marcados pela mais ampla diversidade. Novas configurações surgem na cena do cotidiano no mundo do trabalho: autônomos, terceirizados, desempregados, pensionistas, dependentes de benefícios socioassistenciais entre outros. São exigidas da profissão novas leituras acerca desta realidade multifacetada e complexa, que por sua vez demanda um profissional atento às transformações, que incorpore novos instrumentos de ação como as tecnologias da informação; que possa inteirar-se da problemática dos desastres naturais e sua repercussão junto às famílias; que possa abrir-se para a compreensão do que seja interculturalidade, conflitos religiosos, étnicos entre outros.

Atualmente, vislumbramos o Serviço Social inserido nas lutas pelo enfrentamento a todas as formas de exploração, discriminação e preconceito, assinalando um debate sobre a formação profissional capaz de acompanhar as mudanças sócio históricas, demandando teorias que reflitam sobre a interseccionalidade¹ entre as categorias classe, raça/etnia, sexo, gênero, geração, nacionalidade, deficiência, e outras que atuam de modo imbricado.

O debate em torno destas categorias tem crescido nos últimos anos, como podemos perceber a partir das publicações recentes². O que nos preocupa é destacar

¹ A interseccionalidade busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da interdependência das relações de poder da raça/etnia, sexo/gênero, classe entre outras categorias, e propõe que nenhuma delas se sobreponha a outra, como sendo a mais importante.

² Os estudos mostram significativa produção em diferentes áreas do conhecimento sobre as categorias gênero, classe, raça/etnia, geração e outras, a exemplo de periódicos específicos do Serviço Social, como Revista Katálysis (UFSC) e Temporalis (UnB), como outros de viés interdisciplinar a exemplo da Revista Feminismos (UFBA/NEIM) e Revista Estudos Feministas (UFSC/IEG), além de

um tema tão caro, ainda ser tratado nos currículos dos cursos de Serviço Social como uma disciplina optativa, ocorrendo, inclusive, forte preconceito em relação ao assunto que é colocado nos moldes do conservadorismo, da pós-modernidade, do culturalismo, de forma a desqualificá-lo. Neste sentido, pretendemos, inicialmente, apresentar diferentes concepções que incidem sobre o termo pós-modernidade, defender que os estudos feministas lançaram um novo olhar sobre a modernidade, na medida em que trazem para o debate questões específicas das mulheres e provocam um deslocamento de paradigmas. Em seguida, proporemos um Serviço Social centrado na perspectiva feminista, que valoriza a experiência decorrente da prática, uma vez que a profissão de caráter interventivo, é constituída em sua maioria de mulheres que atendem no seu cotidiano, majoritariamente mulheres.

2. Concepções diferenciadas de Modernidade e Pós-Modernidade

Existe atualmente, uma expressiva heterogeneidade de concepções sobre os termos “Modernidade” e “Pós-Modernidade”, envolvendo tensões e diferentes campos de interesse. De forma sumária, apresentamos algumas concepções para ilustrar o tema em pauta. Heloísa Buarque de Holanda (1992, p. 8) define pelo menos duas posições em torno desses termos:

A primeira, empenhada no resgate de poder emancipatório da razão iluminista, identifica os pressupostos pós-modernos com a emergência de tendências políticas e culturais neoconservadoras. A segunda, determinada na valorização da condição pós-moderna, avalia com otimismo o declínio do prestígio das narrativas mestras como o marxismo e o liberalismo, e a liquidação dos traços iluministas do projeto moderno.

Inicialmente, algumas questões são decisivas para elucidar o período da Modernidade ou do Pensamento Moderno.

A primeira característica da Modernidade é a centralidade da razão como instrumento de apreensão da realidade, como domínio do planejamento da intervenção na relação do ser humano com a natureza e

dos seres humanos entre si. A razão se instaura no coração da sociedade moderna e se torna instrumento privilegiado de captação de sentido da história e da natureza.

A segunda questão que identifica a Modernidade é a sua relação com a História. Rompendo com o passado e com a tradição, até então considerada a fonte da sabedoria e inspiração para a identificação dos rumos do pensamento, a Modernidade se apresenta como uma ruptura com o passado. O conhecimento das leis sobre a natureza e sobre a história concede ao ser humano o poder de criar e de intervir. A sociologia desponta como a Ciência da Modernidade e os sociólogos afirmam que a explicação dos fenômenos sociais deve partir da própria sociedade.

O terceiro ponto é a crença da irreversibilidade do progresso. Para o período moderno, a história passa de circular a unidirecional e ascendente. Com o auxílio da ciência e da razão, o ser humano poderá construir uma sociedade que o emancipe da ignorância, das doenças, das guerras, do poder da natureza e das tragédias. A frase de Kant “Conhece, e serás livre”, alude à emancipação do indivíduo através do conhecimento, libertando-o assim do soberano, do ditador, da influência da Igreja e de outros agentes externos. A educação (*bildung*) passa a ser o grande instrumento de emancipação dos indivíduos na modernidade, tendo como finalidade preparar, doutrinar, construir os cidadãos e disciplinar a força de trabalho.

A quarta e última característica da Modernidade é a passagem da tutela para a conquista da cidadania. O cidadão passa a ser a única fonte de legitimidade do poder político, não há mais direito divino, hereditariedade ou qualquer outro tipo de poder. Os grandes tratados, e mais tarde as Constituições definem que “todos os cidadãos possuem os mesmos direitos”.

Essas quatro características da Modernidade formam o chamado “Ideário Iluminista” e, para autores como Alain Touraine (1994) e Juergen Habermas (1983), “a Modernidade é um projeto inacabado, que ainda não se cumpriu”, que pode ser redefinido e ampliado – uma vez que não conseguiu cumprir suas promessas. Para esses autores, a Pós-Modernidade representa “um novo olhar sobre a Modernidade”; uma “outra forma de nos

anais de eventos específicos ocorridos no Serviço Social (ENPESS e CBAS).

relacionarmos com a Modernidade”, literalmente como um efeito das suas consequências, uma resposta às promessas não cumpridas, de esperanças frustradas e dilemas perturbadores deixados por seu legado.

Tomamos como perspectiva esta linha de pensamento, concordando que a Pós-Modernidade pode ser vista como uma crítica da modernidade, como um projeto inacabado, cuja sucessão de acontecimentos ocorridos nos últimos dois séculos revela uma concepção de progresso que devasta a natureza, não leva em conta o ser humano nem o respeito à diversidade cultural; não se compadece frente à miséria, à pobreza, às carências desumanas, de um lado e, à opulência e esbanjamento, igualmente desumanos, de outro.

Ao apontar uma saída para a crise do materialismo histórico, David Harvey (1993) destaca como especial valor do Pós-Modernismo, o reconhecimento das múltiplas formas de alteridade, que emergem das diferenças de subjetividade, de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de localizações e tempos geográficos espaciais e temporais.

A Pós-Modernidade é descrita por Zigmund Bauman (1988) como a chegada da Modernidade à idade adulta, olhando para si própria à distância, fazendo um inventário completo de suas perdas e ganhos, habituando-se à ideia de sua própria impossibilidade.

O ideário da modernidade, calcado nas concepções de liberdade, igualdade e fraternidade, foi pensado em contextos sociais capitalistas a partir da questão das classes sociais, mas não o foi pelas de gênero e raça/etnia. Também, o socialismo, nascido da mesma tradição filosófica ocidental da modernidade, reforçou a igualdade entre governantes e governados, entre agentes da produção, entre cidade e campo, mas não problematizou os aspectos de gênero e raça/etnia.

A hegemonia eurocêntrica, ao expressar uma racionalidade da produção do conhecimento, revelou durante as eras medieval e da modernidade, o domínio do pensamento europeu facetado pelo Cristianismo, Iluminismo, Renascentismo e do Capital, ocultando o significado de colonialismo como um ato de violência, conforme anuncia o sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2004, p.7):

Essa violência matricial teve um nome: colonialismo. Esta violência nunca foi incluída na auto-representação da modernidade ocidental porque o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo (...)

As condições de ordem histórica, econômica, social e política, demarcaram entre os povos a diversidade étnica/cultural/religiosa, enquanto a expansão em conquistar territórios, ao tempo em que promoveu a centralidade do poder, estabeleceu a hierarquia e classificação entre raças superiores e inferiores, a inclusão/exclusão entre uns e outros.

O pensamento europeu legitimado pela era do Iluminismo construiu o paradigma de homem universal, do sexo masculino, heterossexual, branco e ocidental, definido—“naturalmente” e, que por muito tempo, reforçou a superioridade do homem e a invisibilidade da mulher. A primazia masculina em detrimento da feminina demarcou uma relação de hierarquia, subalternidade e de conformidade, constituiu uma questão que perseguiu mulheres em diferentes espaços e tempos.

Feministas contemporâneas juntam-se aos questionamentos referentes ao ideário iluminista, ao imperialismo da razão instrumental, que atribui somente aos homens (brancos, de classe média alta, ocidentais) a capacidade de propor filosofias, excluindo as mulheres. Propõem, então, uma epistemologia feminista que possa desconstruir os binarismos, o logocentrismo, o antropocentrismo para mudar a ideia de que: “as mulheres podiam ser objeto da razão e da observação masculina mas nunca seus sujeitos (...) somente os homens eram vistos como detentores de conhecimento” (HARDING, 1993, p. 17).

Para Rosiska de Oliveira (1992, p. 133), “o século XX chega ao fim confrontando-se com a constatação de que o pensamento tem sido uma atividade dos homens. A versão do mundo que a ciência nos propôs foi a de um sexo e essa mutilação é o ponto cego da civilização”. Para esta autora,

Urge reconstruir a ideia do ser humano para além dos fragmentos que a ciência moderna estuda, e esta urgência é fortemente sentida pelas mulheres. A voz feminina passou de modesta a subversiva: formular um novo projeto civilizatório (...). O feminismo é para as

Ciências Sociais um deslocamento de paradigma e para os Movimentos Sociais uma ruptura (OLIVEIRA, 1992, p. 135).

A produção científica na área das Ciências Humanas, tanto no Brasil como na América Latina, tem apontado para algumas dificuldades, como afirma o sociólogo peruano Aníbal Quijano (1995, p. 95): “a diversidade e a heterogeneidade da história latino-americana obriga a ultrapassar os limites da epistemologia ocidental, cujo paradigma foi definido a partir da racionalidade europeia, a partir de uma relação de exterioridade entre sujeito e objeto”.

Com o objetivo de diminuir esta relação de exterioridade entre sujeito e objeto, os estudos feministas têm dado contribuições teórico-metodológicas valiosas para a sociologia brasileira, entre elas, o questionamento da razão instrumental, sua excessiva objetividade, normatividade, e a-historicidade, deixando de lado as dimensões da vida, o reconhecimento das múltiplas formas de alteridade e o direito às diferenças de subjetividade.

Os estudos feministas latinoamericanos e brasileiros também insistem que a história e o significado da categoria mulher, deve ser entendida à luz das histórias e significados de outras categorias: classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade, etc., questionando as teorias que partem de uma realidade eurocêntrica, que analisam a problemática da mulher moderna, de classe média, branca, ocidental e europeia como sendo a mesma para todas as mulheres do mundo. A emergência dos estudos feministas no centro das sociedades desenvolvidas revelou como o sexismo, o classismo e o racismo são formas de opressão e violência que permeiam as relações sociais, definindo padrões assimétricos entre homens e mulheres.

Para Claudia Lima Costa (1996), o encontro entre Feminismo e Pós Modernismo está repleto de contradições e ambiguidades, mas também de possibilidades, como por exemplo: o reconhecimento de que o sujeito se constrói a partir de sistemas de significados e representações culturais marcadas por relações de poder, nos permitiu maior sensibilidade para apreendermos os diversos mecanismos constitutivos de diferentes sujeitos em diferentes espaços do campo social. A autora lembra que o pós-

estruturalismo, contemporâneo à pós-modernidade, emerge como um corpo teórico capaz, tanto de articular as relações entre experiência, poder e resistência, bem como de dar conta da multiplicidade de sujeitos integrantes do campo social.

Acreditamos que o feminismo, como movimento político e sócio cultural nasce, justamente, para contestar os pressupostos valorativos da modernidade, preocupa-se com a questão da ética, da equidade, da justiça e da igualdade, reivindicando-as como parte integrante de um novo paradigma civilizatório e de um projeto político emancipatório. É nesse contexto, e com estes pressupostos valorativos, que gostaríamos de propor uma aproximação entre os Estudos Feministas e o Serviço Social.

3. Construindo pontes entre limites divisórios

A nossa aproximação com os Estudos Feministas, aliada à prática docente de acompanhamento pedagógico em estágio curricular nos fez abrir os olhos para a seguinte reflexão: é possível uma profissão (Serviço Social) utilizar como fundamento teórico para um vasto campo de diferentes práticas, uma única teoria?

Como analisar os diferentes tipos de violências de gênero, desde a violência sexual, física, psicológica, até a lesbofobia, homofobia e transfobia? Com que embasamento teórico trabalharemos com homens autores de violência? Como entender o abandono de crianças e adolescentes, dependência química de álcool e de drogas, aumento de mulheres envolvidas no tráfico de drogas, moradoras de rua entre tantas outras demandas que aparecem no cotidiano de atendimento das nossas Instituições?

Dadas as questões acima e inúmeras outras, é preciso assinalar que as teorias feministas constituem um campo de estudos cujo teor epistemológico atua na perspectiva da alteridade. A maioria das pensadoras feministas considera que o marxismo, pelo menos o clássico com o qual o Serviço Social mais dialoga, é insuficiente para compreender o mundo social e nossas internalizações do mesmo. Para que siga sendo uma teoria e um método dinâmico e reflexivo, a sugestão é

“feminizar” o marxismo, uma vez que nenhum socialismo é possível sem levar em consideração as questões que abordem equidade de gênero e relações sociais que não impliquem em exploração, dominação, discriminação e opressão. Como lutar pela classe proletária se aquela que é responsável pela prole fica de fora, seu trabalho não é reconhecido nem valorizado? Como respeitar diferentes identidades de gênero que emergem no cotidiano de nossas práticas e pouco a pouco integram o quadro de nossa profissão?

O feminismo, por sua vez, reconhece a contribuição do discurso do marxismo, pois, para colocar em prática sua proposta, deve aceitar o coração da teoria e a prática da tradição socialista, que em nossa compreensão resulta no movimento dialético da práxis social, um contínuo movimento em espiral que valoriza a experiência como determinante da construção do saber.

Nessa direção, concordamos com Claudia Costa (2002, p.63) quando salienta que “o feminismo alcançou o seu estágio maior de oposição frente às opressões, com base na materialidade das experiências que as mulheres têm do social”.

O pensamento da autora apresenta uma consonância com cada profissional de Serviço Social, cada estagiário/a quando atende, escuta, convive com situações apresentadas no cotidiano da intervenção, por conseguinte, passa por diferentes experiências. A produção do conhecimento – os Trabalhos de Conclusão de Curso têm revelado que as/os estudantes mergulham em experiências de estágio que veem ao encontro de suas subjetividades. Nessas experiências de prática pessoal e coletiva emerge um profundo compromisso ético-político, a partir do que podemos afirmar que nenhum trabalho teórico é alheio à experiência vivenciada pelo sujeito que o escreveu. A teoria elaborada nestes Trabalhos (TCCs) nada mais é do que um aprofundamento desse compromisso, são análises teóricas sobre as mais diferentes experiências de mediação entre os sujeitos pesquisados (ou atendidos no cotidiano de intervenção) e o sujeito pesquisador (ou que escreve).

Neste processo surgem novas experiências, na medida em que constatamos significativa diversidade de

gênero no perfil atual das/dos estudantes de Serviço Social, que por sua vez têm trabalhado com uma multiplicidade de sujeitos e escolhido temas diversificados para reflexão. São cada vez mais frequentes TCCs sobre travestilidades, homoafetividades, trabalho com homens autores de violência, interrupção legal da gravidez, discriminação racial, política de cotas entre outros. Constata-se neste processo, ser impossível separar a subjetividade do sujeito de sua mediação social, e que os cursos de Serviço Social carecem de “retirar as vendas da cegueira ideológica” e dar-se conta de que não é mais possível fechar os olhos para uma realidade tão evidente!

A partir daqui, abre-se um conjunto de possibilidades que privilegiarão o lugar que nós, profissionais, produtoras de conhecimento daremos aos Estudos Feministas, a partir do qual podem-se desenvolver enfoques interdisciplinares ou especializações dentro de cada abordagem. O curso de Serviço Social, de caráter generalista, insere estudantes em campos de estágio ou profissionais para atuar em diferentes espaços junto a um vasto campo de políticas públicas. Nesse sentido, recorrer a teorias que norteiem a compreensão sobre equidade de gênero nas políticas públicas, relações intrafamiliares, transsexualidade, homofobia, lesbofobia e transfobia; violência de gênero, pessoa com deficiência, pessoa idosa, o cyberativismo, e outros são essenciais para qualificar o debate, as experiências de práticas e a postura ético-política de nossas/os estudantes e profissionais.

O Serviço Social tem-se inserido nas lutas pelo enfrentamento a todas as formas de discriminação e preconceito, e assinala que o debate sobre formação profissional acompanha as mudanças sócio-históricas. Nessa direção, também é capaz de produzir outros olhares sobre os feminismos, constituindo objeto de investigação e intervenção, pois na academia, a presença feminina de estudantes, docentes, pesquisadoras e teóricas, além de notória também é alvo de opressão, ameaça e violência acerca das questões de gênero.

Alguns avanços podem ser registrados, e um deles é quando em 2010, o conjunto CFESS/CRESS, reunido

em Santa Catarina, deliberou pela reedição do Código de Ética Profissional (CEP) do Assistente Social, trazendo alterações em sua redação na perspectiva linguística e de gênero. Em consonância com o novo acordo ortográfico, termos e expressões foram alterados, assim como a inclusão do masculino e do feminino, face ao debate e interface sobre identidade de gênero. Isso configurou não somente uma atualização, mas, sobretudo, um avanço no quesito identidade de gênero. Conforme o próprio CEP aponta, as mudanças constitutivas partem de um projeto ético-político profissional que acompanha o tempo e o contexto.

Documentos produzidos pelo CFESS/CRESS como o *CFESS Manifesta o Dia Internacional da Mulher, As bandeiras de luta*, em defesa de direitos e garantias para as mulheres, além de campanhas como *Nem rótulo, nem preconceito. Quero respeito*, referindo-se a luta pelo enfrentamento da lesbofobia, homofobia e transfobia, ecoam sobre a necessidade de inserir o debate de gênero no âmbito do exercício profissional.

Se há uma chamada para o fortalecimento das lutas do movimento feminista por parte do referido conjunto de conselhos, entendemos que essa convocação extrapola o espaço sócio ocupacional e requer o aporte de conteúdos urgentes e necessários no espaço acadêmico, onde as questões de gênero emergem e são problematizadas, articulando o tempo presente com as relações sociais constituídas na contemporaneidade.

4. É possível um serviço social com perspectiva feminista?

O Serviço Social com perspectiva feminista parte do pressuposto que os problemas sociais, as demandas postas por nossas/os usuárias/os (majoritariamente mulheres) requerem, também, análises feministas para a construção do conhecimento.

Para as autoras Lena Dominelli e Eileen MacLeod (1989), a ideia que se aninha no coração do feminismo é simples: “não deveria haver no mundo duas classes de pessoas, uma superior e outra inferior, ou em termos de relação de poder, uma dominante e outra subordinada”. Uma postura feminista respaldada na

“igualdade com respeito às diferenças” se opõe a todas as divisões sociais que refletem dominação e subordinação, como raça/etnia, classe, orientação sexual, geração, discriminação de idosos, descapacitados, moradores de rua, dependentes químicos entre outros.

Os estudos feministas têm visibilizado as lutas para assegurar a igualdade de gênero ao longo dos últimos séculos e a variedade de forma que essas lutas têm adotado. Princípios com a luta pelo voto feminino, seguido pelo movimento de mulheres dos anos de 1960, com ênfase no “vazio existencial” das mulheres enquanto seres limitados à esfera doméstica (FRIEDAN, 1974). Um significativo número de mulheres descobriram a si mesmas ao ler o livro “A Mística Feminina” de Betty Friedan, tomaram consciência de como a sexualidade, a maternidade e a domesticidade as oprimiam e limitavam sua realização profissional. Esse processo desencadeou a formação de grupos, discussões, e chegou-se à conclusão que a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, e a delimitação do espaço público – destinado aos homens, e o espaço privado – destinado às mulheres constitui um problema social importante em todos os continentes.

Paralelamente ao debate desencadeado por Betty Friedan nos Estados Unidos, Simone de Beauvoir (1970), na França, lançava “O segundo Sexo”, polemizando o papel da mulher como “o outro” na relação e lançando a frase: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, desencadeando um longo e profundo debate sobre as relações binárias e o papel das mulheres na sociedade.

Na sequência, os movimentos de mulheres caracterizaram-se em torno de uma série de controvérsias, mostrando, por exemplo, para as mulheres de classe média e alta, que é impossível ignorar a dimensão de classe como determinante das circunstâncias sociais, que as mulheres da classe trabalhadora necessitavam de creches, serviço de atenção aos filhos, direito à habitação entre outros. As mulheres negras descobriram que, além de assumirem as lutas antirracistas, também devem adentrar as demais lutas contra as desigualdades de gênero, classe,

orientação sexual, geração, discapacidades entre outras.

A complexidade das situações que se apresentam no cotidiano de prática profissional nos campos de atuação das (dos) assistentes sociais demonstra, justamente, essa multidimensionalidade das formas de exploração, desigualdade, opressão e luta social a que os sujeitos com os quais trabalhamos estão submetidos, ou seja, o objeto de nossa intervenção deve ser entendido em um contexto de entrecruzamento de realidades e conceitos que nos permitem entender que as diferentes expressões da questão social são mediadas por relações de classe, gênero, raça/etnia, gerações entre outras.

Matos (2008) nos convida a refletir sobre a teoria da interseccionalidade a partir do desafio colocado por diversas autoras que trabalham com essa categoria, que é o de

[...] desenvolver um conceito e métodos de pesquisa que permitam responder as seguintes questões: como evitar a sobreposição de categorias de diferenciação, simplificando e obscurecendo o diagnóstico a respeito da relação entre as causas e os efeitos das desigualdades sociais? Como não confundir as causas com os efeitos e vice-versa? Como não cair na armadilha de fazer análises adicionais e sobrepostas, que não permitam que se chegue a um diagnóstico preciso sobre as causas e os efeitos das desigualdades sociais? (MATOS, 2008, p. 02)

Para a referida autora, a ideia básica do conceito de interseccionalidade é de que, “com ele seja possível explicar como normas, valores, ideologias e discursos, assim como estruturas sociais e identidades, influenciam-se reciprocamente” (MATOS, 2008, p. 03).

A reflexão desta autora remete para o debate feminista, a discussão de como evitar um provável reducionismo de uma categoria sobre as demais, ou sobre um possível “essencialismo da diferença”.

Para evitar esse reducionismo, é necessário que as/os profissionais de Serviço Social consigam liberar-se das formas patriarcais de pensamento, imbuídas de uma noção de hierarquia, no caso, a insistência de haver uma causa primeira e mais importante de opressão: a de classe.

É difícil, para as feministas, saber quais as origens históricas da opressão e suas relações sociais

concomitantes, uma vez que antes mesmo do regime de classes já existia opressão. Da mesma forma, buscar uma única causa da opressão (no caso a de classe) é uma forma limitada, uma vez que existem inúmeras formas de opressão existentes, todas interconectadas e atuando entre si, de tal forma que não se pode impor uma hierarquia nem afirmar qual o tipo de opressão que se sobrepõe a outra.

As experiências de opressão são muitas: a erradicação da exploração econômica nos países socialistas não conseguiu erradicar a opressão de gênero e as mulheres seguem assumindo majoritariamente as tarefas domésticas e as do cuidado, sofrem violência e discriminação. Da mesma forma, a experiências das mulheres negras difere das mulheres brancas, a das mulheres trabalhadoras, empregadas domésticas difere das de classe média e alta; a das lésbicas difere da das heterossexuais, a das mulheres jovens da das idosas, das fisicamente normais das discapacitadas, a das mulheres urbanas difere das mulheres rurais, da floresta e das águas entre outras.

Para analisar esta forma particular de opressão a que são submetidas as mulheres é imprescindível incorporar uma *perspectiva de gênero*³, que tem como pressuposto a ressignificação da história, da sociedade, da cultura e da política a partir das mulheres e com as mulheres (LAGARDE, 1996, p. 13).

Esta perspectiva está baseada na teoria de gênero que permite analisar as mulheres e os homens não como seres dados, eternos e imutáveis, mas sim como sujeitos históricos, construídos socialmente, produtos do tipo de organização social de gênero que prevalece na sua sociedade.

De modo geral, em nossa sociedade, o cuidado é atribuído naturalmente à mulher, ou seja, a ética do cuidado é vista como essencialmente feminina e a ética da justiça, como masculina. Para sobreviverem, porém, os indivíduos não necessitam somente de instituições, leis e procedimentos justos; necessitam também de

³ Para Lagarde (1996, p.84), a perspectiva de gênero está baseada na teoria de gênero e se inscreve no paradigma teórico histórico-crítico e no paradigma cultural do feminismo. Para a autora: “*perspectiva de gênero es sinónimo de enfoque de género e contiene también al análisis de género*”.

afeto, ajuda, compaixão e cuidado. É preciso haver mais equilíbrio entre as funções do cuidado e da justiça, de modo que os homens também possam compartilhar a ética do cuidado com as mulheres e vice-versa⁴.

Para isto, a entrada das mulheres na vida pública tem que ser complementada por uma entrada paralela, por parte dos homens, na vida privada (CAMPS, 1998, p.104). Sem mudanças na vida pessoal e doméstica, não poderão ocorrer mudanças na vida política. A necessidade de valorizarmos também o trabalho doméstico, não somente o “trabalho útil” é uma das principais mudanças culturais propostas pelos movimentos feministas. Sob o conceito de “reprodução”, todas as atividades relativas ao espaço privado foram delegadas às mulheres: o trabalho doméstico, cuidado com doentes e com idosos, educação dos filhos, estrutura psicológica etc.

5. Uma redefinição feminista das demandas sociais

Ao atendermos, no cotidiano profissional, majoritariamente mulheres, a perspectiva feminista tem desafiado a noção popular, presente também na concepção de muitos profissionais de Serviço Social, que o problema está nas mulheres e que elas necessitam de ajuda para desempenhar, com maior eficácia, os papéis que a sociedade atribuiu a elas: de serem boas mães, fiéis esposas, cuidadoras de idosos, crianças e enfermos; que “a mulher apanha porque merece” e que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

Para as autoras Lena Dominelli e Eileen MacLeod (1989), a redefinição feminista dos problemas sociais centra-se no entendimento e compreensão de que o problema não está na mulher; que os problemas das mulheres têm a ver com as relações patriarcais, desiguais e injustas; é importante que possamos compreender também a maneira específica com que as mulheres sobrevivem à situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social; que os principais problemas das mulheres têm a ver com a falta de atenção,

compromisso e repasse de recursos do poder público em relação às suas demandas.

A redefinição dos problemas sociais com uma perspectiva feminista abre os nossos olhos para entendermos que as “políticas públicas de gênero” em vigência nas últimas décadas têm apresentado um corte nitidamente assistencial: privilegiam o repasse de recursos sem tomar em conta as capacidades das mulheres e sua autonomia. Os programas assistenciais raramente buscam garantir a cidadania. A maioria destes programas esquecem que “as mulheres possuem direitos”, ou melhor, são sujeitos de direitos, possuem competências, inteligência e capacidades para propor ações. A principal preocupação das/dos gestores é inserir as mulheres excluídas dos direitos mínimos em “programas de benefícios assistenciais”, relegando-as a meros objetos passivos, receptivos.

Ao assumirmos uma perspectiva de gênero em nosso exercício profissional, nos despertamos para uma série de questões que estão imbricadas em relações de poder, desde a hierarquia a que estamos submetidas no organograma das Instituições, até as limitações postas em relação às prioridades dadas às diferentes políticas públicas, o que nos remete a relações desiguais e injustas na abordagem das demandas sociais.

Ao adotar uma perspectiva de gênero em nossas práticas, de repente nos damos conta que existem mesmo questões de gênero fundantes ao constatarmos que 90% dos moradores de rua são homens; 92% de violências físicas, sexuais e psicológicas são cometidas por homens contra mulheres; somos obrigadas a refletir porque o Programa Bolsa Família determina que o dinheiro liberado deva ser entregue às mulheres; já são 30% de famílias chefiadas por mulheres no Brasil e nossas usuárias têm o perfil marcadamente feminino. Perguntamo-nos por que temos tão poucas mulheres (10% das cadeiras) em cargos de poder? Como nos posicionarmos enquanto categoria profissional quando ouvimos que “estudantes de Serviço Social da UFSC sofreram lesbofobia” em uma das praias de Florianópolis, em janeiro deste ano (2016)?

Um grande número de profissionais de Serviço Social ocupam cargos significativos junto à Instituições e

⁴. Boff (1999), afirma que o “modo-de-ser cuidado” revela a dimensão do feminino tanto no homem como na mulher.

Movimentos como os Conselhos de Direito e, certamente, poderão propor iniciativas, programas e projetos que preveem equidade de gênero nas políticas públicas, começando por garantir dotação orçamentária, recursos materiais, capacitação para deliberar e participar das questões que nos dizem respeito.

Os movimentos feministas, assim como outros movimentos sociais, trouxeram consigo a particularidade de descentralizar a política e ao mesmo tempo mostrar que, “apesar de todas as esferas da vida poderem se converter em política, a transição do politizável para o político somente se produz através de um processo de conscientização que, por sua vez, surge no decorrer da práxis” (MIREs, 1996, p.88).

A vida familiar, a sexualidade, o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, as necessidades básicas, a qualidade de vida, o espaço local passaram a ser incorporadas nas políticas públicas mediante pressão organizada das mulheres. A nível da sociedade civil, a mulher deixava de ser um sujeito privado, passando a ter uma presença pública.

Essa participação das mulheres fez com que sua posição nas redes de poder no interior da comunidade se transformasse, ao mesmo tempo em que desencadeou práticas de resistência à desigualdade contida nas relações de gênero.

Como aponta Celi Pinto (1992, p.135), em tais situações a mulher deixa de atuar nos limites do privado e provoca novas situações no interior da família e nas relações informais de vizinhança e amizade; a mulher passa a articular, no interior dos movimentos, lutas diferentes em relação a seus companheiros homens; e as mulheres organizadas em torno de questões tradicionalmente femininas passam a questionar sua própria condição de mulher.

Os grupos ou movimentos sociais e associativos são, pois, como diz Pinto (1992, p.129), “espaços possíveis de visibilidade da mulher enquanto sujeito”. Como sujeitos essas mulheres estão presentes na história, participam, discutem, falam, são ouvidas. Participando,

estão conquistando seu “empoderamento”⁵, fortalecendo e ampliando as próprias forças e, desta forma, o restabelecimento da auto-determinação sobre as situações cotidianas.

O processo de empoderamento, porém, não é individual; ele resulta de um processo social e coletivo. Cada mulher descobre-se parte do coletivo e da história, assume-se sujeito, ao mesmo tempo condicionada e pelo condicionante do meio. À medida que as reivindicações forem sendo alcançadas, elas perceberão sua força e sua capacidade, o que despertará novas ideias que desencadearão novas ações.

O centro da organização genérica (relação entre gêneros), como sistema de poder baseado no sexo, passa pela ordem do corpo subjetivado, são corpos históricos, corpos construídos. Nestes corpos sexuados se desenvolvem capacidades que abrangem desde habilidades físicas e subjetivas - maneiras de fazer as coisas, destrezas, até desejos, formas de acatar os deveres e as proibições, maneiras de pensar, sentir, dizer, maneiras de ser, sempre associadas a posições políticas. Cada corpo implica oportunidades e limitações de vida (LAGARDE, 1996, p.56).

É interessante constatar que, são as mulheres que mais lutam por mudanças na condição de gênero em suas próprias vidas, no cotidiano, na comunidade, nas instâncias civis, governamentais e outras.

6. Considerações Finais

Vislumbramos o dia em que possa existir mais solidariedade e menos “violência epistêmica” entre as mulheres que integram a academia, ou seja, o vasto número de docentes dos cursos de Serviço Social deste imenso Brasil.

Temos a esperança de ainda alcançar, ao invés de apenas duras disputas entre correntes teóricas, uma convergência para o diálogo, superando os muros divisórios; que ao invés de evitarmos-nos, possamos construir pontes em prol de relações menos hostis e

⁵ A definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito.

atitudes que materializem aqueles princípios tão caros em nosso código de ética profissional; que o respeito à diversidade teórica e a pluralidade de ideias nos estimule a pensar e olhar a realidade concreta; que lutemos juntas por um mundo mais humano, com mais justiça, menos discriminação racial, lesbofóbica, homofóbica, transfóbica; menos exploração de classe, menos opressão no espaço doméstico, menos desigualdade de gênero entre outras opressões.

Que possamos ressignificar o papel das mulheres, explicitar suas demandas, empoderá-las para que consigam dividir a dupla jornada de trabalho e as responsabilidades no espaço doméstico; que possamos ter mais mulheres ocupando cargos de poder e assim propor políticas públicas com equidade de gênero!

Quem sabe possamos refletir sobre nós mesmas, sobre os conflitos de identidade que regem a nossa profissão considerada uma “extensão do espaço doméstico”; sobre a desigualdade na divisão sexual e social do trabalho, na nossa casa, no nosso local de trabalho, na nossa família; como nos relacionamos com o nosso corpo e a nossa sexualidade, com o racismo e os nossos preconceitos? Enquanto mulheres, como nos relacionamos com os poucos homens que integram a nossa profissão, constituindo relações de gênero, muitas vezes investidas de sujeitamentos às figuras masculinas, às teorias androcêntricas, eurocêntricas e coloniais?

Convidamos as e os colegas Assistentes Sociais a uma aproximação dos estudos feministas, entendendo que estes têm despontado na cena política como um dever/denúncia: há uma crescente percepção, por parte do movimento de mulheres sobre a necessidade de transcender o modelo industrial orientado para o consumo, exigir respeito ao corpo das mulheres, descriminalizar o aborto, acabar com a impunidade em relação aos altos índices de violência e com a homofobia; reivindicar responsabilidade por parte dos meios de comunicação ao difundirem imagens que reduzem a mulher a objeto sexual entre outras. Que possamos tirar as vendas da “cegueira de gênero” que encobrem os nossos olhos, perceber as mulheres que estão à nossa volta, reinventar novas formas de intervir e produzir conhecimento em Serviço Social, a partir

das demandas que surgem no cotidiano de nossas práticas, das nossas experiências e dos diálogos abertos entre acadêmicas, mulheres que somos!

Referências

- BARSTED, Leila de Andrade. A revisão da modernidade a partir dos desafios de gênero e raça. In: *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, CEDI, mar/abr. 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. Bauman. *O Mal Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Souza, R. L. 1988.
- BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla (coord.s) *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1987.
- BEUVOIR Simone. *O segundo Sexo – Fatos e Mitos*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BOFF, Leonardo. “La posmodernidad y la miséria de la razón liberadora”. *Pasos 54*. San José da Costa Rica, D.E.I., jul/ago 1994.
- BOURDIEU, Pierre. “A dominação masculina”. *Educação & Realidade*, POA, UFRGS, jul/dez. 1995.
- CAMPS, Victoria. *El siglo de las mujeres*. Madrid, Cátedra, 1998. Colección Feminismos.
- CASTRO, Mary G. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. In: *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, N.0, 1992.
- COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, (19), 2002. pp 59-90.
- _____. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (com)texto. In: PEDRO, J. & GROSSI, M.P. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis, Mulheres, 1998.
- _____. *O Testemunho e a construção da experiência: explorando as fronteiras das teorias feministas*. Florianópolis, UFSC, 1996.

- DOMINELLI, Lena e MAC LEOD, Eileen. *Trabajo Social Feminista*. Colección Feminismos, Ediciones Cátedra, Universidad Autónoma de Madrid, Espanha, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Petrópolis, Editora Vozes, 1974.
- HABERMAS, Jurgen. Modernidade, um projeto incompleto. In *Arte em Revista*, no. 07 São Paulo, 1983.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, v.1, n.1, 1993.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- HOLLANDA, Heloisa B (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- _____ (org.). *Tendências e impasses - o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- LAGARDE, Marcela. *Género y feminismo - desarrollo humano y democracia*. Madrid, Horas & horas, 1996.
- MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010
- MIRES, Fernando. *La Revolución que nadie soñó o la otra posmodernidad...*, Caracas, Nueva Sociedad, 1996.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy. Memórias do Planeta Fêmea. In *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ, Vol.0, 1992
- PINTO, Celi Regina. “Movimentos Sociais: Espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político”. In: COSTA, Albertina O. & BRUSCHINNI, Albertina. *Uma Questão de Género*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos & Fundação Carlos Chagas, 1992.
- QUIJANO, Aníbal. “Modernidad, identidad y utopia en América Latina. *Cadernos de Sociologia da UFRGS*. n. 5, Porto Alegre, UFRGS, 1993.
- SANTOS, Boaventura Souza. Conferencia de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro realizado em Coimbra de 16 a 18 de setembro de 2004.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1994.